

A PROJEÇÃO LÉXICO-CULTURAL NA ONOMÁSTICA*

*Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick***

RESUMO: O universo lingüístico, ao se estruturar em significâncias, adequa os planos de ocorrência para a distribuição de outros conjuntos especiais. É o que sucede, por exemplo, com o universo onomástico dos designativos, parte dessa estrutura maior, lexical e semiológica. As modalidades de representação do organismo lingüístico, mais do que funcionais, situam-se como elementos transformacionais do próprio contexto em que se inscrevem. As definições desses modos de "nomear" é que serão objeto deste trabalho.

UNITERMOS: *Universo lingüístico; universo onomástico dos designativos; topônimos, signos e símbolos; percepção do espaço.*

Os nomes, locativos ou apelativos, apesar de sua configuração lingüística, ainda se situam, para alguns, do ponto de vista de seu entendimento, na fronteira nebulosa do incompreendido. Se formas de língua, por que os distinguir de outros designativos morfemáticos? Se traços psicológicos, por que não os interpretar como manifestações volitivas do ego, em sua auto-afirmação individual, decorrente do livre-arbítrio de sua conduta? Se elementos de cultura, estariam sujeitos também às leis e condicionantes da sociedade, reguladoras dos atos e costumes de seus membros, frutos, portanto, das tendências manifestas nas épocas históricas? Por que, então, se tais questões são pertinentes, atribuir-se-lhes tratamento especial, vinculado a uma ciência também especial, distinta dos ramos tradicionais do saber humano?

O aparecimento da Onomástica, com a compartimentação dos designativos em seu âmbito, viria sanar, acreditava-se, as inquietações e discussões a respeito das categorias atributivas do nome. Entretanto, a ciência que se pretendia direcionada estritamente ao aspecto formal da denominação, ainda que alcançasse sua

- * Comunicação apresentada ao Congresso América-92: Raízes e Trajetórias. São Paulo, FFLCH/USP, agosto de 1992. Mesa-redonda: "O léxico como instaurador e reflexo do recorte cultural".
- ** Professora de Toponímia Geral e do Brasil no DLCV da FFLCH/USP.

evolução genética, favorece, sem dúvida, o alargamento de seu próprio alcance conceptual e permite a incorporação de perspectivas novas de estudo, ampliando o seu campo de interesse. Pelo menos, é assim que a entendemos e é nessa linha ampla, mais abrangente porque semiológica, que temos buscado interpretar os denominativos, quaisquer que sejam as situações de seu aparecimento. O que só pôde ocorrer, preliminarmente, em termos de língua, dentro da prescritividade do próprio código em que se inserem e que os regulamenta. O *onoma* só se torna funcional se observar os mesmos arranjos sistemáticos preexistentes à estrutura da linguagem e de que a Onomástica não pode prescindir a fim de não ter invalidada sua dinâmica. Adquirindo os contornos de uma unidade lexical, a configuração semântica que o envolve comandará a escolha paradigmática modelar e nodular de seu emprego. Não mais, porém, em termos de frases ou enunciados de língua e, sim, de enunciados ou conjuntos onomásticos, toponímicos e antroponímicos. A passagem da lexia de um sistema para outro altera sua categoria funcional e a transforma em um signo duplamente marcado. Seu uso expressivo ainda pode conduzir à fragmentação de sua unidade, em afixos derivacionais ou flexionais ou à distribuição seqüencial de morfemas vazios, dependentes do núcleo mas com atributos próprios, que os tornam significativos.

Langacker, ao discorrer sobre o assunto, deixou evidente o modo de ocorrência desse jogo de oposições que, entretanto, não subentendem um antagonismo incontornável entre o que tem e o que não deve ter sentido, entre o que “é” e o que aparenta “não ser”: “A distinção entre morfemas plenos e vazios é útil e verdadeira até certo ponto, mas não deve ser levada longe demais. É um tanto artificial pois na realidade trata-se de um contínuo, sem interrupção brusca, que vai desde os morfemas com conteúdo semântico como *wood*, até os morfemas desprovidos de conteúdo semântico como *it* (...). As preposições são classificadas como morfemas vazios mas não absolutamente vazias de conteúdo semântico (...). As diferenças numéricas também não constituem uma divisão muito nítida”¹.

Dentro dessa linha de considerações, voltada à realidade brasileira, lembramos que um dos tupinismos ocorrentes na nomenclatura geográfica diz respeito ao emprego do morfema prepositivo *-pe*, com valor situacional equivalente ao português *em*, *para* e *que*, posposto ao termo regido, de acordo com as prescrições do sistema, não integra, geneticamente, o núcleo de conteúdo do nome. Consubstanciando uma construção sintática normativa, válida para um código específico, sua incorporação ao elenco toponímico brasileiro tornou-o um elemento diferenciador dentre os locativos assimilados. Não há, nos sintagmas que o acusam, o registro da mera designação de um lugar, através de seus atributos particulares e, sim, a

1. LANGACKER, Ronald W. *A linguagem e sua estrutura*. Petrópolis, Vozes, 1973. p. 82-3, 85.

marca de um signo de gramática com valor direcional indicado e semantizado pela posição.

Muito embora as cartas em escala 1:1.000.000 não indiquem muitas ocorrências dessa tipologia, em termos quantitativos, o que existe é suficiente para evidenciar até as variáveis incorporadas ao quadro morfofonêmico e definidas pela *Arte de Gramática* do Padre Anchieta (1595): alternância do *-pe* em *-me* após nasal (nhu-me); apócope da vogal nos paroxítonos (ok(a)-pe); apócope da sílaba final nos paroxítonos em *-ba* (ta(ba)-pe), por exemplo². Os designativos assim compostos, porém, foram apreendidos, durante a fase de contato, como um todo ou como uma unidade lexical primária, em que não se destacam afixos nem um ou mais compostos nucleares, independentes, com seus significados plenos. Em Caraípe (BA), há, de fato, dois morfemas lexicais distintos: o elemento específico, cujo sema poderá ser um indicativo vegetal – *cará*, tubérculo conhecido como “inhame de São Tomé” ou “inhame cascudo” – ou animal – variante de *acará* (tupi), peixe de água doce; e o elemento determinado, de ordem genérica, que indica o acidente geográfico propriamente dito, *y=i* – “água”, “rio”. No conjunto, o sufixo *-pe* representa, como já se referiu, não apenas o marcador toponímico mas uma circunstância discursiva, um ato de interlocução que, em tese, poderia ter sido excluído do conjunto onomástico, sem perda da informação a ser transmitida. Desde que a característica básica da nomenclatura autóctone, tal como se depreende dos registros, é a descritividade dos objetos geográficos, o fator nominativo já está definido por qualquer um dos traços sêmicos presentes, o que permitiria ao intérprete distinguir as duas situações: o ato de fala ou a sua recorrência e a nomeação propriamente dita.

Exemplos do primeiro caso, relativos às construções morfosintáticas da linguagem, estão mencionadas no *Vocabulário na língua brasileira*³, dos quais citam-se estes: *ocarigpe* – “fora”, “na rua”; *paume* – “entre”, prep.; *igbigpe* – “embaixo, na lage”; *igga(ra)pigpe* – “embaixo, como no fundo dagoa”; *guiripe* – “debaixo”. Destaca-se o valor semântico do sufixo *-pe* principalmente se se levar em conta que as raízes a que se liga, nos exemplos mencionados, ocorrem também como topônimos autônomos: *Ocara*, “páteo”, “rua” (AH CE); *Ibicatu*, “terra boa” (AH CE); *Igara*, “senhora das águas, a que sobrenada, a canoa” (AH BA). O aparecimento do morfema, em composição, indica, pois, uma particularidade do emprego dos termos genéricos a determinadas situações, para diferenciá-las de outras. Haveria, por assim dizer, maior precisão na identificação geográfica de

2. ANCHIETA, Pe. Joseph de. *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*. Coimbra, 1595. Rio de Janeiro, Bibl. Nacional, 1933.

3. DRUMMOND, Carlos (rev.) – *Vocabulário na língua brasileira*. 2. ed. rev. São Paulo, FFCL-USP, 1953, 2v.

alguns lugares através do afixo, em termos de apreensão sociocultural do meio circundante. Uma “pedra” deixaria de ser apenas “uma pedra”, ou um mero objeto lítico – *itá* –, na medida em que o indivíduo a percebe diferentemente – *itape* (“na pedra”) – ou na medida em que seu olhar distinga pormenores válidos para si ou para o grupo do qual faz parte (*itapeba* – “lage”).

Nem sempre, porém, é possível determinar-se, em nível sincrônico, a seqüência histórica ou o “continuum” toponímico dos locativos na nomenclatura, de modo que se perceba o que é projeção de uma experiência vivenciada ou aplicação de disponibilidades virtuais do sistema lingüístico. Os textos quinhentistas e seiscentistas examinados para efeito desta análise consignam alguns registros, nem todos subsistentes ainda, ou pela perda da forma lingüística, pelo desaparecimento do falante ou por uma simples substituição de nomes. Assim, das vinte e sete aldeias tupinambás existentes na ilha do Maranhão, no início do século XVII, à época da conquista francesa⁴, apenas um topônimo revela o uso da posposição, dentro do quadro lingüístico geral, de procedência indígena, citado por J. Albernaz⁵. O texto de d’Abbevile refere-se a Toroupe, aldeia localizada a um dia de viagem da ilha Grande, e lhe dá o sentido de “beberagem”, o que seria inconsistente para Sérgio Milliet, desde que a forma parece provir de *turupe*, “nos turus” ou “o lugar dado a animais aquáticos, vermes etc”, como diz Theodoro Sampaio. Para Silveira Bueno, trata-se de molusco de cabeça rigidíssima, que broca a madeira quando jaz dentro da água⁶, enquanto Baptista Caetano o interpreta como “o que devora ou queima a carne” (*too-ru*). Qualquer que seja o sentido, porém, é importante assinalar que o denominativo não era estranho a outros cronistas, que o registraram segundo grafias distintas como Toroiepep, Toroiepeeb, Turuype, Torooup, Troou, podendo tais oscilações terem gerado as incertezas referidas.

Relativamente às aldeias situadas em Tapuitapera, um cabo a oeste da ilha Grande, a três ou quatro léguas por mar, mas em terra firme, onde hoje está a cidade de Alcântara, aponta-se o aparecimento do nome Aroüeupe, no original “la place de crapaux”, que a tradução brasileira especifica melhor, respeitando a todos os formantes, ou seja, definindo-o como “na água ou no rio dos sapos” (*aru-y-pe*). O vocábulo *aru*, apesar de não anotado por Theodoro Sampaio, aparece em outros dicionários contemporâneos com esse mesmo sentido (cf. Gonçalves Dias, Max Boudin, Orlando Bordoni) e, do ponto de vista toponímico, desloca-se para

4. D’ABBEVILLE, C. *História da missão dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão e terras circunvizinhas*. São Paulo, Edusp/Belo Horizonte, Itatiaia, 1975.

5. LEFÈVRE, Renée e COSTA, filho, ODYLO. *Maranhão: São Luís e Alcântara*. São Paulo, Nacional/EDUSP, 1971. p. 7.

6. BUENO, Francisco da Silveira. *Vocabulário tupi-guarani português*. 5 ed. rev. e aum. São Paulo, Brasílivros, 1987.

outro local, a oeste, às margens do rio Cumá (ou Comá, MA), na grafia Arouype, mais próxima ao registro brasileiro Aruípe, e interpretado como "l'estang d'eaüe".

Hans Staden, cuja presença, no sudeste, antecede aos franceses no nordeste, menciona o porto de Imbeaça-pe (Imboaçá, Emboaçá), que significa "na passagem", "na travessia" (indicando o ato de atravessar), e localizado na ilha de Santa Catarina, próximo a Laguna, muito embora outros cronistas o identifiquem com a baía dos Patos. Carvalho Franco, ao traduzi-lo como "porto de Viaçá", aproxima-se do entendimento de M. Bertoni, para quem o nome é derivado dos índios *mbyá*, grupo guarani que penetrou no Brasil, vindo do Paraguai e marcou com sua presença a região ao norte do rio Iguazu, até Cananea: "Ulrico Schmidl, vindo do Paraguai para São Vicente, contemporaneamente à estadia de Staden, refere-se ao país dos viaçás, que atravessou caminhando cem léguas e vindo a ter a um lugar chamado Yerubatiba (Jurubatuba?), daí alcançando em pouca distância a Santo André, onde conheceu a residência de João Ramalho"⁷. Ainda nesse texto, aparece a aldeia de Ticoaripe, "na água do poço", a seis milhas de Ubatuba, cuja grafia, para o tradutor, poderia ser Taguai ou Taquari, ocorrentes em Angra dos Reis, sem o sufixo locativo, e com outro conteúdo semântico; a reconstituição torna-se dificultada, porém, porque o topônimo não persistiu.

No texto de Jean de Léry⁸, o morfema *-pe* foi registrado apenas em Lérype, ensejando interpretação diversa que a normalmente emprestada ao locativo, desde que é possível entender o sufixo como apócope de *peba*, "plano", "chato", quando o adjetivo se une a palavras oxítonas, qualificando-as caracteristicamente, no caso, até com propriedade: "ostra chata ou rasa".

Mas, dentre os cronistas examinados, é no *Tratado descritivo*, de Gabriel Soares⁹, que se encontra o maior número de topônimos inscritos na tipologia discutida, o que sugere, independentemente do exame de outros textos relativos às regiões centrais, norte e sul-sudeste, a existência, na costa litorânea, de Pernambuco ao Rio de Janeiro, de uma concentração areal do afixo, ainda produtivo toponimicamente, em grafias quase inalteradas, a saber: rio de Jagoarive, Jagoaripe ou Jaguaripe (atual Jaguaripe, BA; a forma Jaguaribe ocorre no Ceará, para o curso d'água e em Pernambuco, em um aglomerado humano); rios de Maracaípe (sem registro atual), Camaragipe (grafias atuais: Camaragibe, AL-RN; Camaraipi, PA); Seregipe (atual Sergipe, SE-AL); Cotegipe (mantida a grafia - BA); Jacuípe (mantida a grafia - BA-AL); Patipe (forma atual, Pati - BA); Peruípe (atual Peruíbe,

7. STADEN, Hans. *Duas viagens ao Brasil*. Belo Horizonte, Itatiaia/São Paulo, Edusp, 1974. Nota 86, p. 67-8.

8. LÉRY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*. São Paulo, Martins, 1972.

9. SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. 5 ed. São Paulo, Nacional, 1987.

BA); rio Raso-Aguaípe (atual Aguaípe – BA); esteiros de Mataripe (sem registro atual) e de Caipe (também sem registro); ponta de Tapagipe (deslocamento toponímico na variante Itapagipe – MG); porto de Paripe (perda do morfema e conservação do radical *pari*, em composição, Pari de Pedras – BA); ribeira de Traripe (manutenção do morfema na forma original do topônimo, BA). Houve, porém, perda do sufixo em Jequeirijape (BA), identificado hoje como Jiquiriçá e conservação da forma Jussiape, no mesmo estado. O rio Magipe, provavelmente de magê-pe, segundo reconstituição de Theodoro Sampaio, traduz-se “no pagé”, que equivale à “na residência do pagé”; de acordo com o relato de Gabriel Soares, o rio nasce ao pé da serra dos Órgãos, no Rio de Janeiro, justificando, assim, diatopicamente, a aproximação lingüística à cidade fluminense de Magé. Já as variantes Curruripe e Coruripe comportam o mesma sema específico, ou seja, “sapo”, apenas o sufixo -pe, nos exemplos, pode não exercer a função locativa mas a adjetival, se se tratar de apócope de peba, “sapo achatado”, possibilidade já argüida para o topônimo Lérype, “ostra chata”; porém, se a grafia correta for Cururipe, conforme os registros atuais em Alagoas e na Bahia, o correto será interpretá-lo como um morfema de direção, incorporado em outro núcleo de conteúdo, “no rio dos seixos, no rio dos calhaus”, e de acordo, ainda, com a informação de Sampaio: “Se o vacábulo (Cururipe, curú-r-y-pe) é corrupto, ou deve ser escrito com a grafia Cururuípe, de que usou Frei Vicente do Salvador na sua *História do Brasil*, então é composto de cururú-y-pe, e se traduz – no rio dos sapos; nome do rio em cuja barra naufragou o primeiro bispo do Brasil, D. Pedro Fernandes Sardinha, assim como outros companheiros, nas costas das Alagoas”¹⁰.

Esta maneira de nomeação, por meio de marcadores, não foi exclusiva dos índios costeiros do Brasil; outros grupos americanos também a registram, como característica de sua linguagem. Estudando a terminologia geográfica dos Kwakiutl, índios da região norte dos Estados Unidos, Franz Boas¹¹ mostrou que a orientação por eles seguida tradicionalmente, em termos de referência onomástica, respeitava a direção dos rios e da linha costeira, resultando formas como “down river” e “down along the coast” (no sentido de “para o norte” ou “para o ocidente”); “up river” e “up the coast” (no sentido de “para o sul” ou “para o oriente”); “inland, away from sea or river” (no sentido de “no interior”, longe do mar ou do rio”) e “seaward, away from land” (“para o mar, longe da terra”); da mesma forma, os morfemas *gwa* e *n’jl* traduzem o sentido de “rio abaixo” e “rio acima”, em composição, assim como existem ocorrências sufixais relativas a pontos fronteiros às ilhas, às praias, às pedras, às árvores, às casas, aos fortes, além de terminações próprias gerando

10. SAMPAIO, Theodoro. *O tupi na geografia nacional*. 2. ed. cor. e aum. São Paulo, O Pensamento, 1914.

11. BOAS, Franz. *On geographical names of the kwakiutl indians*. New York, s/d, p. 171-81.

compostos equivalentes à existência ou à presença de determinados pontos: "having spring salmon", "having trout", ou "having blueberries".

Comparando as formações do Kwakiutl e do esquimó, Boas concluiu que, neste último grupo, os objetos geográficos são descritos pontualmente, em função de suas características típicas, através de lexemas independentes, traduzindo noções de "pequeno", "grande", "mínimo", "muito largo ou amplo", "comum ou ordinário", "peculiar" etc, enquanto que, no Kwakiutl, os sufixos direcionais não informam valores atributivos, senão raramente. Assim, um topônimo como "bad river" pode ou não ocorrer nesse sistema, uma vez que, no dizer do autor, "his terminology is confined within the range of the possibilities of composition". Já no tupi, a formação é pertinente, revelada em expressões do tipo "paranaíba" ("rio ruim, encachoeirado"), "paranapanema" ("rio ruim" porque "sem peixe") ou "ipanema" (também "rio ruim", subjetivamente, em função do denominador), que revestem idéia próxima, como se percebe; por isso é possível concluir que, nesta linguagem, os topônimos ou locativos constituem-se mediante um processo misto de possibilidades, alternando tanto morfemas lexicais quanto gramaticais, semantizados.

Do ponto de vista do emprego lexical, na Toponímia, dissemos, no início deste estudo, que os nomes, além de sua estrutura lingüística, projetam também momentos culturais ou psicossociais vivenciados pelo grupo. Comparando-se, assim, a distribuição dos apelativos portugueses ou brasileiros com a dos indígenas, verifica-se que estes tendem, como também já se afirmou, a projetar o meio natural circundante enquanto que o europeu e, depois, seus descendentes americanos, fizeram das comemorações ou dos nomes dedicatórios, um de seus traços mais constantes. Não que rejeitem o descritivo simples; já o empregaram em épocas mais remotas e ainda continuam a fazê-lo, às vezes até simultaneamente a outros denominativos, mas em proporção mais diminuta diante do volume de topônimos pessoais e religiosos dirigidos, estes, principalmente, aos santos de maior devoção popular. Trata-se de uma escolha muito antiga, que remonta aos inícios da colonização européia no território.

O texto de d'Abbeville, por exemplo, pode ser lido não apenas como um documento voltado à conquista francesa da ilha do Maranhão, mas como um documento de fé, ou uma apologia da ação cristã, catequética, a ser disseminada entre os infiéis-pagãos do Novo Mundo. O Evangelho de Cristo segundo São Marcos, diz o autor, "será pregado antes da consumação do mundo, *in omnes gentes*, a todos os povos, em todos os países e ilhas habitadas no mar ou fora do mar, e tanto aquém como além da linha equinocial". Os "pobres índios Tupinambás da Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas", dentro dessa idéia de conversão aos princípios universais da Igreja Católica Romana, os únicos verdadeiros, eram

comparados aos “pobres desterrados no Egito do paganismo e no Assur da infidelidade”.

Fácil é entender, assim, os motivos da preferência portuguesa pelos nomes cristãos com que batizaram os primeiros pontos da terra, dentro de uma visão eminentemente católica. Se à ilha Pequena, chamada pelos tupinambá de Ipãu-Merim, nome que, descritivamente, reproduz as dimensões menores do acidente, em relação à uma vizinha, conhecida como ilha Grande, o Senhor de Rasily, comandante da missão francesa, denominou-a de ilha de Sant’Ana porque “aí desembarcaram no dia da festa da Santa”, e também em homenagem à uma outra Ana, a Condessa de Soissons, sua parente, pelo mesmo motivo os missionários capuchinhos designaram a “cabana espaçosa e comprida”, que lhes iria servir de moradia, e a capela contígua, de Convento de São Francisco. A mesma fé levou-os a benzer a ilha, a erguer a Cruz de Cristo, símbolo da derrota de Jurupari, espírito do mal entre os índios da região e impulsionou ao Senhor de Rasily a dar ao forte o nome de São Luís, “em memória eterna de Luís XIII, rei de França e de Navarra”; e, ao porto junto ao forte, o nome de Santa Maria, “em homenagem à rainha do céu, a Sagrada Virgem Maria, cuja natividade se festejava naquele dia (8 de setembro) e em homenagem à sua irmã na terra, Maria de Médicis, Rainha de França e de Navarra, mãe e regente de nosso cristianíssimo rei e cuja vida suplicamos à Divina Bondade nos conserve por longo tempo”.

Já em Gabriel Soares, a tônica da narrativa é outra, porque o objetivo de sua viagem era mais mercantilista do que religioso, voltado à concessão de privilégios para o itinerário das minas descobertas por seu irmão, João Coelho de Sousa, das cabeceiras do Paraguaçu às vertentes do São Francisco. No *Proêmio* do relato oferecido a D. Cristóvão de Moura (1587), expressa a pretensão de manifestar a El-Rei Dom João III “a grandeza, a fertilidade e outras grandes partes que tem a Bahia de Todos os Santos e demais Estados do Brasil”, e que possibilitarão a construção de um grande império deste lado do mundo. E, no entanto, deixou ao país um minucioso histórico da construção de uma sociedade, pelo aproveitamento de cada ponto, recorte ou silhueta do território, que permitiu ao europeu aí instalar um sistema útil de vida; e, ao toponimista, um instrumento de pesquisa dos melhores de que hoje se dispõe.

Com efeito, a toponímia registrada no *Tratado* revela níveis projetivos distintos: a camada indígena, preexistente e desconhecida, só aos poucos se revelando; a camada portuguesa, sobreposta mas coexistindo em paralelismo, em alguns casos noticiados, e a natureza específica dos nomes escolhidos, seja pela armada de Gonçalo Coelho ou de Cristóvão Jacques, seja pelos que vieram depois, missionários, colonos ou sertanistas. O nome de Santa Cruz, dentro dessa perspectiva, o segundo dado à terra nova, coexistiu com “terra dos brasís” ou do “ibirá-pitanga”, maneira pela qual os Tupi costeiros denominavam a madeira de

tinta, e com um outro, à semelhança do que ocorria em vários lugares, indicativo da transposição do chamamento original do sítio de origem dos descobridores. Mas a Nova Lusitânia não prosperou nem criou raízes, como sucedeu com Novo México e Nova Iorque, antes Nova Amsterdam, cedendo espaço para a consagração definitiva do termo de natureza vegetal e realçando, assim, a importância do fator econômico na designação da terra. Cristovão Jacques, por sua vez, deu ao recôncavo o nome cristão de Todos os Santos, enquanto São Francisco, substituindo o antigo Paraopaba, prevaleceu sobre este; mas nenhum outro nome que porventura tivesse sido dado ao Paraguaçu indígena logrou superá-lo. Todos esses casos ilustram pequenos exemplos ou situações relativas ao sistema misto de nomeação aqui instalado a partir do descobrimento e até hoje persistente.

Não há dúvida de que o exame minucioso da toponímia litorânea não cabe no âmbito deste trabalho, mas o que se pretende é mostrar que nem sempre o ambiente físico rico, exuberante e envolvente, como o nosso, conseguiu sobrepor-se a tendências subjetivas ou místicas, presas a sentimentos de crença interior e mantidas vivas no espírito do estrangeiro que para aqui se deslocou. O resultado desse plano de oposições aparece manifesto na alternância tipológica dos topônimos, quando as raízes nativas de natureza física, quase sempre, começam a sofrer a concorrência lingüística dos advenos, de origem cultural distinta, conforme noticia Gabriel Soares. Assim, alternam-se nomes como os do rio Jagoarive, do cabo de Ipojuca, do rio Igarçu, do Itapicuru, do esteiro do Mataripe, da ilha de Tinharé, entre os autóctones, e os do cabo de Santo Agostinho, do rio de Santa Cruz, dos cabos de São Tomé e de Santa Maria, dos baixos de São Roque, do rio do Espírito Santo, da ilha de Santo Amaro..., entre os portugueses.

Em relação aos acidentes antrópicos, a primeira vila de origem portuguesa referida no *Tratado* é a dedicada à Nossa Senhora da Conceição, uma das lexias mais produtivas na toponímia histórica brasileira, situada na ilha de Itamaracá, sede da Capitania do mesmo nome. A vila de Cosmos (?) alinhava-se junto ao rio de Igarçu, entre Itamaracá e Pernambuco, mais além da vila de Olinda, a quatro léguas da ermida do Corpo Santo. Na enseada de Tatuapara, Garcia d'Ávila instalara fazenda de criatório, uma povoação não nomeada no texto e uma igreja dedicada à Nossa Senhora (omitido o específico da Virgem), "mui ornada, toda de abóbada, na qual tem um capelão que lhe ministra os sacramentos". Em terras do mesmo Garcia d'Ávila, os padres da Companhia de Jesus mantinham uma "aldeia de índios forros tupinambás", denominada Santo Antonio, também padroeiro da Igreja aí construída. Do rio Jacuípe ao rio de Joane, três léguas do mar para o sertão, os ditos padres possuíam dois outros aldeamentos batizados de Santo Espírito e de São João, com as igrejas respectivas. Fronteiro a Tapuã (atual Itapoã/Itapuã), na fazenda de Sebastião Luís, erguia-se a ermida de São Francisco, além de outra a duas léguas, sertão a dentro, em terras também de Garcia d'Ávila.

Na ponta do Padrão, para o interior, Francisco Pereira Coutinho fez uma povoação com uma fortaleza “sobre o mar”, no sítio hoje chamado Vila Velha. Em Ilhéus, assentou-se a vila de São Jorge e, nela, o Mosteiro de São Bento. A vila de Santa Cruz, em cujo porto fundeou a esquadra cabralina, despovoou-se algum tempo depois, transferindo-se os moradores para o rio de Sernambitiba, “pela terra ser mais sadia e acomodada”. Do Porto Seguro à vila de Santo Amaro, “num pico muito alto”, situava-se a ermida de Nossa Senhora da Ajuda, e a povoação de São Tiago do Alto – note-se a transparência do elemento determinante –, junto ao engenho no rio de Tororam. A vila de Nossa Senhora da Vitória erguia-se na ponta do morro de João Moreno, tornando-se conhecida, depois, como Vila Velha, ao redor da qual foram construídos quatro engenhos de açúcar. A vila do Espírito Santo foi edificada na ilha de Duarte Lemos e tomou o nome do rio que aí corre, repetindo a mesma motivação religiosa. No litoral do Rio de Janeiro, Gabriel Soares discorre sobre a Cidade Velha, fundada entre a ponta de Cara de Cão e o Pão de Açúcar, e a Cidade Nova, que Mem de Sá erigiu numa ponta de serra em frente à ilha de Viragalham (grafia do texto) e à qual deu o nome de São Sebastião, depois São Sebastião do Rio de Janeiro. Na baía de São Vicente, a leste, situava-se a vila de Nossa Senhora da Conceição e a própria vila de São Vicente, sede da Capitania, além das vilas de Santos (ou de Todos os Santos) e de Santo Amaro onde, na barra de Bertiooga, foram construídos os fortes de São Felipe e São Tiago.

Do exame dessa nomenclatura litorânea, verifica-se, portanto que, com raras exceções, os hierotopônimos não surgem repetidos e, sim, ordenados sucessivamente, pela prodigalidade das escolhas. Os específicos distintos empregados para a Virgem sugerem, de fato, além da devoção a ela própria ou à Santa Maria, um apego maior à Nossa Senhora da Conceição e, depois, à Nossa Senhora da Ajuda e à Nossa Senhora da Vitória, enquanto que, na mesma época e avançando um pouco no Seiscentismo, o Planalto paulistano viu florescer o culto a Nossa Senhora do Rosário, da Luz, da Misericórdia, da Boa Morte, da Penha, da Esperança, coroando aquele também dedicado a Nossa Senhora da Conceição¹².

Nos diversos hagiotopônimos espalhados pelas vilas da costa, alguns ainda hoje desfrutam da fé popular, como Santo Antonio, São João, São Francisco e São Jorge; outros apresentam culto mais localizado, como São Sebastião, e outros ainda, como São Vicente e Santo Amaro, ligam-se de tal modo aos lugares que nomeiam que essa identificação chega a comprometer o próprio grau da primitiva influência motivadora, ou seja, a devoção do nomeador ou a obediência ao preceito católico nominativo.

12. Um estudo mais analítico das ocorrências do topônimo Nossa Senhora será publicado proxima-mente, como uma das conclusões do *Atlas Toponímico do Estado de São Paulo*, projeto subvencionado pela FAPESP e CNPq e que ora coordenamos.

Ao olhar do toponimista, algumas conclusões podem ser traduzidas do quadro nomenclatural exposto:

a – os topônimos religiosos revelam a antiguidade do culto dos santos no país, os primeiros aqui reverenciados, assim como a persistência maior ou menor de alguns deles, na tradição místico-cultural da área pesquisada;

b – o aparecimento de topônimos dedicatórios, na zona costeira, inverte o eixo da actância denominativa, em termos dos sujeitos da nomeação;

c – a relação ativo/passivo que coordena os sujeitos toponímicos (denominador ibérico ou europeu/denominador indígena) opõe a disjunção onomástica velho (topônimo indígena)/novo (topônimo luso-hispânico/europeu) em termos cronológicos, apenas, e não como elementos funcionais (adequação à terra);

d – a oposição descritividade (fator objetivo)/homenagem (fator subjetivo) conduz a um outro ângulo no estudo semiótico dos topônimos portugueses, que sugere um aspecto menos dinâmico ou criativo na estrutura dos conjuntos onomásticos, pela presença de uma mesma linha motivadora, mais constante, tal como está ocorrendo, atualmente, com o uso até certo ponto excessivo dos antropotopônimos, nas áreas urbanas;

e – o emprego sistemático e sistêmico de uma determinada simbologia lingüística tende a esvaziar o lexema de seu núcleo pleno, ou de suas potencialidades sêmicas, quando em função toponímica.

Estas considerações permitem aceitar como pertinentes ao quadro nomenclatural aqui discutido a observação de Héctor Hernan Bruit (1988) sobre a bipolaridade da conduta hispânica na América e a posição do autóctone diante das transformações sensíveis em seus valores culturais:

“(…) a comunicação simbólica dos índios privilegia muito mais os objetos, a natureza e o mundo que as pessoas, pois é a sociedade, a coletividade que define o indivíduo. (...) A falha dos signos leva a uma paralisia que se traduz numa renúncia à linguagem e por sua vez num reconhecimento da derrota (...). A comunicação hispânica é intersubjetiva, se refere às pessoas”¹³.

Dentro desse raciocínio, pode-se entender porque a onomástica brasileira e a americana, de um modo geral, funcionaram como um instrumento de explicitação comportamental, manifestado, do ponto de vista do colonizador, em nomes que, por vezes, procuravam focalizar muito mais a pessoa humana que o cenário de sua atuação, tornando-a um ponto de convergência de interesses pessoais, do

13. BRUIT, Héctor Hernan. “América Latina: Quinhentos Anos entre a resistência e a revolução”. Comunicação apresentada ao IX Encontro de História da ANPUH, 1988.

império representado, ou da manifestação da fé. Daí se sucederem topônimos como os seguintes, que se somam aos já referidos, neste trabalho: Ciudad Real, Santiago, St. Agustín, Vera Cruz, Santa Barbara, San Gabriel, Santa Fe, Nuestra Señora la Reina de los Angeles de Porciuncula, San Diego, San Francisco, Sacramento, entre tantos outros, e que revelam a conquista e a formação de colônias, de 1535 a 1700, na rota seguida pelos conquistadores do Norte, de Cortés a Uribarra, passando por Cabeza de Vaca, Dias, Alarcon, Coronado, Carbajal...

Mesmo porque, repetindo Sapir¹⁴, se o estudo da distribuição dos termos relativos a fenômenos culturais possibilita a reconstituição da história social dos povos, assim também a difusão de determinadas categorias de nomes, num tempo e espaço definidos, permite a mesma análise diante da ciência onomástica.

LEXICAL AND CULTURAL PROJECTIONS IN ONOMASTICS

ABSTRACT: Linguistical universe, on being made up by meanings, make occurrence levels adjust themselves to other particular sets. This occurs, for instance, towards onomastical set of designations, as a part of this bigger structure of lexical and semiological nature. Linguistical body representation forms, more than functional ones, are regarded to as transformation elements of the own context in which they are inscribed. Definitions of this way of naming will be, in fact, the matter of this work.

KEYWORDS: Linguistical universe; onomastical set of designations; place-names, signes and symbols; perceptions of space.

14. SAPIR, Edward. *Linguistique*. Paris, Minuit, 1968, p. 135.